

A TRAJETÓRIA DAS REVOLUÇÕES ECOLÓGICAS AO LONGO DA (NÃO) ERGODICIDADE DO MEIO AMBIENTE E OS NOVOS DESAFIOS DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS

Juliana Freitas de C. Guedes
(Bacharelanda em Economia pela FCE/UFBA)

Ihering Guedes Alcoforado
(Mestre e professor da FCE/UFBA)
Telefones: 3283-7547, 3283-7530, 3264-7401
Fax: 3283-7542
ihering@ufba.br

INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe-se a registrar e introduzir as formas de como tratar do ponto de vista da política ambiental as mudanças na relação do homem com a natureza, ao longo do deslocamento do ambiente ergódico para o não ergódico, tendo como pano de fundo as mudanças na agricultura.

Admite-se que estas mudanças são decorrentes, de um lado, dos efeitos das atividades humanas potencializadas pela técnica e pelas consequências destes efeitos que são cada vez mais imprevisíveis, globais e irreversíveis; do outro lado, porque torna-se cada vez mais presente a dimensão não ergódica do ambiente associada as questões ambientais.

Com o propósito de tornar plausível nossa compreensão dos desafios da política ambiental quando toma-se o meio ambiente, não apenas na sua dimensão ergódica, mas também na sua dimensão não ergódica, nos obriga a sair do âmbito da economia na direção da ética, em especial da ética da responsabilidade. Em função disto o trabalho constará desta introdução mais duas partes e uma conclusão.

I

Na primeira parte, elaborar-se-á um panorama da evolução das atividades humanas relacionadas com a natureza a partir das revoluções ecológicas de Marchant: a revolução ecológica colonial, a revolução ecológica capitalista e a revolução ecológica global. Ou seja, será feita uma explanação através das idéias de Merchant (1983) acerca da mudança da relação entre o homem e a natureza. Da autora tomaremos a consideração de que na era pré-colonial, a natureza era vista como “parceira” do homem. Este tipo de relação mudou com a chegada do europeu no “novo mundo”, em que os recursos naturais passaram a ser vistos como *commodities*, que segundo Sandroni (2005), significa nas relações comerciais internacionais, um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância comercial. A inovação desta autora é dupla, a primeira é que a era pré-colonial pode ser apreendida como uma ordem orgânica, ou seja, a concepção de que todas as partes da natureza são mutuamente interdependentes, enquanto a era colonial é apreendida como o primeiro passo da implementação da ordem mecânica que é a concepção que o homem está acima da natureza. A segunda é sua vinculação da ordem orgânica pré-colonial com o gênero feminino e a ordem colonial com o masculino, através

do que abre uma janela de possibilidade para o recorte de gênero no âmbito dos estudos ambientais..

De Merchant (1983) tomaremos sua compreensão da era pré-colonial como ordem orgânica, que é a concepção de que todas as partes da natureza são mutuamente interdependentes, e a era colonial como o primeiro passo para a implementação da ordem mecânica, que imperará na ordem capitalista. A ela também recorreremos na sua caracterização das Revoluções Ecológicas: Colonial, Capitalista e Global.

Ao longo deste processo se ressaltará os dois tipos de impactos ambientais decorrentes da atividade agrícola: os impactos locais e reversíveis e os impactos globais e irreversíveis, vinculando-os aos ambientes ergódicos e não ergódicos.

Os impactos ambientais locais, previsíveis e reversíveis ancorados nos ambientes ergódicos dominantes a partir da revolução ecológica colonial até a fase final da revolução ecológica capitalista, serão associados a poluição e a degradação dos ambientes ergódicos. Estes efeitos serão classificados como externalidades negativas, configurando assim, numa falha de mercado e, portanto possível de ser tratadas a partir dos instrumentos econômicos convencionais.

Os impactos globais, imprevisíveis e irreversíveis serão vinculados aos ambientes não ergódicos que passam a ter uma importância crescente na final da revolução ecológica capitalista, quando passam a ser associados a destruição da própria humanidade, configurando assim um espaço no qual os instrumentos econômicos convencionais de formatação de política econômica perde sua validade.

II

Na segunda parte, tratar-se-á da relação do homem com a natureza, para mostrar que ela assume uma importância crescente nas sociedades contemporâneas, em função não só dos efeitos das atividades humanas potencializadas pela técnica, mas também pelo reconhecimento que estes efeitos, no âmbito das questões ambientais, são cada vez mais imprevisíveis, globais e irreversíveis, ou seja, torna-se cada vez mais presente a dimensão não ergódica, na qual os instrumentos de política ambiental convencionais perdem sentido. Vale ressaltar, que no nosso resgate da dimensão não ergódica do ambiente nos inspiramos nos desdobramentos recentes da análise de Pindyck (2007) da incerteza, não entre os pós-keynesianos, mas principalmente entre o neoinstitucionalista Douglass North, e, embora nos inspiremos em ambos não nos posicionemos no marco de nenhum dos dois.

Da contribuição dos pós-keynesianos representada de forma emblemática na identificação por Davidson apud. Fontana e Gerrard (2004) extraímos as representações dos dois paradigmas econômicos: de um lado “*economics of a predetermined, immutable and ergodically knowable reality*” e do outro lado, “*economics of an unknowable, transmutable and non-ergodic reality*”. Nós retemos esta dicotomia e associamo-la a divisão do conjunto das Revoluções Ecológicas tratadas na primeira parte. As Revoluções Coloniais e Capitalistas são associadas a realidade ergódica e apreensível cientificamente, enquanto a Revolução Global associamos a realidade não ergódica e não apreensível cientificamente, pelo menos no âmbito da visão tradicional.

Da contribuição dos neoinstitucionalistas aqui representado por Douglass North (1999), assimilamos não só seu entendimento que o mundo no qual nós vivemos não é um mundo ergódico, mas um mundo não ergódico:

I like the term “ergodic”. Paul Samuelson has used the term frequently when trying to show that the field of economics is scientific. In fact, Samuelson’s assertion was that if the world is not ergodic, economics is not a science. There are some aspects of economics that may be ergodic, but most of the issues that are important for us are non-ergodic. (NORTH, 1999, p.2).

Mas, principalmente seu argumento acerca da mão ergodicidade:

For an enormous number of issues that are important to us, the world is one of novelty and change; it does not repeat itself. There may be lessons in history, but we have to be careful about them. We have to be careful about the lessons that history may teach, if we are going to try to unravel the problems that concern us here. If indeed these issues with we are concerned, such as global warming and the global commons belong in a world of continuous change, a non-ergodic world, then we face a set of problems that become very complex. So, let me move from a non-ergodic world to dealing with uncertainty. (NORTH, 1999, p. 2).

III

No terceiro capítulo, tratar-se-á da transição da abordagem focada na dimensão ergódica à não ergódica a partir da associação da dimensão ergódica a manifestação mecânica casual das ações antrópicas sobre a natureza e a dimensão não ergódica ao fenômeno da termodinâmica e da entropia. Nesta direção, seguimos Georgescu Roegen (1971) e a leitura de Faucheux e Noël (1995) quando apontam que as relações entre natureza e economia encontraram um novo tipo de interpretação com o desenvolvimento e aplicação do paradigma termodinâmico, em que a transformação contínua e não determinística está presente. Aqui, mostrar-se-á que ao longo da transição do primeiro princípio da termodinâmica (a natureza não pode criar nem destruir matéria e energia) para o segundo princípio da termodinâmica (transformação de energia) os modelos tradicionais da política ambiental: Comando e Controle, Economia do Bem-Estar, Nova Economia Institucional, deixam de ser pertinentes, impondo a necessidade de recorrer-se a ética.

IV

Na conclusão vamos mostrar o papel da ética, em especial a visão ética de Hans Jonas. Jonas (1995), em especial como ela desvela a relação do homem com a natureza nas sociedades tecnologicamente avançadas, a partir da distinção clássica entre a ética da convicção e a ética da responsabilidade. Para o autor, a ética da responsabilidade é uma ética “voltada para o futuro”, em que temos que antecipar as condições desastrosas, ou seja, é uma ética da precaução e da prevenção. Já a ética da convicção, segundo o autor, argumenta que há tempo para correções pelo caminho ou “confiam na sorte ou no destino”.

Em função disto , propor-se-á uma integração da ética da responsabilidade de Jonas (1995) no núcleo duro da Revolução Ecológica Global de Merchant (1989), que como mostraremos ao longo do trabalho é baseada numa ética ecocêntrica, em que a ecologia é tratada como uma nova visão de mundo que, segundo a autora, poderia resolver os problemas de desenvolvimento enraizados no modo industrial-mecanicista de representar a natureza.

Resumindo: propõe-se que a ergodicidade do ambiente seja usada como critério para escolha de quadros normativos, a partir dos quais possamos configurar as políticas, ao mesmo tempo que se sugere algumas linhas de investigação que vislumbramos poder avançar através delas na fundamentação das políticas ambientais focadas na dimensão não ergódica.